

CONHECER PARA CUIDAR: CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA E EM ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL

TO KNOW IN ORDER TO CARE: CHILDREN AND ADOLESCENTS IN THE CONTEXT OF THE STREETS AND IN INSTITUTIONAL CARE

Renata Mena Brasil do Couto¹

Resumo

Este texto apresenta brevemente os resultados e análises do levantamento de dados quantitativos e qualitativos sobre crianças e adolescentes em situação de rua e em acolhimento institucional, com trajetória de vida nas ruas, realizado no âmbito do projeto Conhecer para Cuidar. Nesta pesquisa, foram consultadas crianças e adolescentes, com idades entre sete e dezoito anos, nas dezessete cidades brasileiras com mais de um milhão de habitantes. Além delas, consultamos coordenadores, profissionais e usuários de serviços que compõem sua rede de proteção. Construímos um perfil amostral desse grupo, no qual se destaca a permanência de uma série de violações de direitos, como à exposição à violência, o racismo, o trabalho precoce e a baixa escolaridade. Os serviços que os atendem ainda não aplicam metodologias específicas e sua capacidade é insuficiente para a demanda.

Palavras-chave: crianças e adolescentes; situação de rua; acolhimento institucional.

Abstract

This text briefly presents the results and analysis of a research on children and adolescents on the streets and in institutional care, who had life trajectories on the streets. The study was carried out within the scope of the project To know in order to Care. Children and adolescents, aged between seven and eighteen

¹ Pesquisadora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE) e graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: renatabr83@gmail.com

years old, were interviewed in the seventeen Brazilian cities with more than one million inhabitants. In addition, we consulted coordinators, professionals and users of services that make up their protection network. We built a sample profile of this group, highlighting the permanence of a series of rights violations, such as exposure to violence, racism, early labour and low education. The study also pointed out that services aimed at this population do not apply specific adequate methodologies and their capacity is insufficient for the demand.

Keywords: children and adolescents; street situation; institucional care.

Introdução

Neste texto, apresentamos uma síntese dos resultados e análises do levantamento de dados quantitativos e qualitativos sobre crianças e adolescentes em situação de rua e em acolhimento Institucional, com trajetória de vida nas ruas, realizado no âmbito do projeto Conhecer para Cuidar. Este trabalho é fruto de uma parceria entre a Associação Beneficente O Pequeno Nazareno e o Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio)².

A pesquisa contou com um grupo experiente de agentes de campo para coletar um rico e inédito conjunto de dados junto a crianças e adolescentes com idades entre sete e dezoito anos, nas dezessete cidades brasileiras com mais de um milhão de habitantes. Apesar de já terem trabalhado com pessoas em situação de rua, esses agentes receberam treinamento e foram acompanhados pela coordenação do projeto e pela equipe de pesquisadores ao longo de todo o segundo semestre de 2018 e primeiro semestre de 2019, quando estavam em campo aplicando questionários, majoritariamente compostos por perguntas fechadas.

A partir da organização e análise dos dados coletados, foi possível compor um perfil amostral das crianças e adolescentes entrevistados. Inicialmente, exploramos os dados de forma comparativa, contrastando particularidades e buscando identificar violações de direitos que existiam, persistiam ou mesmo se agravavam na passagem da rua para o acolhimento institucional. No entanto, a seguir, optamos por apresentá-los de forma agregada, por entendermos que esses dados também compõem o perfil de um mesmo sujeito que circula entre as ruas, a casa e as instituições.

² O referido projeto foi aprovado pelo termo de fomento CONANDA/ SDH nº. 852357/2017 e contou com a coordenação de Manoel Torquato (OPN) e Irene Rizzini (CIESPI/PUC-Rio). A autora e Juliana Batistuta Vale (CIESPI/PUC-Rio) participaram do desenvolvimento e análise dos dados da pesquisa.

Dados e análises

Podemos caracterizar os 554 participantes da pesquisa da seguinte forma: a maioria é adolescente (73%), do sexo masculino (73%) e negro ou pardo (86%). Esses elementos já os colocam no centro do debate sobre a violência no país. Dados do Atlas da Violência 2019 (IPEA, 2019), que traz dados referentes ao ano de 2017, apontam que foram os homens, jovem negro as principais vítimas de homicídios no Brasil. Entre 2016 e 2017, houve um aumento de 4,2% no número de assassinatos, o que fez com que o país atingisse o maior nível histórico de violência letal já registrado. Como sabemos, o tema da violência se destaca na produção acadêmica relacionada a crianças e adolescentes em situação de rua e em acolhimento institucional (BOTELHO; MORAES; LEITE, 2015; BRAGA; DELL'AGLIO, 2012; ARPINI; GONÇALVES, 2011; PALUDO; KOLLER, 2005), de modo que não surpreende que 85% dos participantes tenham dito já ter sido vítima de violência. Em média, registramos 3 casos de violência sofridos por cada criança e adolescente consultado.

Outro tema recorrente nos debates sobre o tema e que tivemos oportunidade de abordar, refere-se aos desafios de inserção escolar e produtiva deste grupo. Dentre os entrevistados, 62% disseram frequentar à escola, mas só 6% destes cursavam o ensino médio. Considerando que 46% tinham 15 anos ou mais, percebemos uma grande defasagem idade-série. São muitos os desafios para a inserção de crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas nas escolas. Essas instituições não estão preparadas para atender às necessidades e possibilidades deste grupo, conforme apontam diferentes estudos sobre o tema (GODINHO, 2015; FERREIRA; NOGUEIRA JR; COSTA, 2010; SILVA, 2005). Também desafiadoras, e diretamente relacionadas ao tema, estão as estratégias de geração de renda disponíveis para aqueles em situação de rua. A baixa escolaridade e o trabalho precoce conduzem os participantes para o mercado informal, desemprenhando, por vezes, atividades ilegais. Dentre os 45% que disseram trabalhar, nas ruas, a “venda de produtos de pequeno valor” (especialmente doces e guloseimas) foi a principal atividade mencionada (67%). No acolhimento institucional, os trabalhos mais citados foram como Jovem Aprendiz (35%). Essa é uma mudança importante no perfil, que sugere que o serviço de acolhimento pode (e deve) oferecer oportunidades de trabalho protegido aos adolescentes, contribuindo para que eles mantenham sua autonomia e possam preparar-se para o momento do desligamento institucional.

CONHECER PARA CUIDAR: CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA E EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Importante também destacar a relação dos entrevistados com suas famílias. Embora 71% tenham afirmado já ter dormido nas ruas, 62% disseram manter contato diário ou semanal com a família e 54% caracterizaram seu relacionamento com os pais como bom ou muito bom. Esses dados reforçam a concepção de que, apesar das violações de direitos sofridas e dos laços fragilizados, as famílias permanecem sendo um elemento importante na vida das crianças e adolescentes em situação de rua e em acolhimento institucional. Por isso, é fundamental que as políticas públicas voltadas para essa população também sejam capazes de incluir suas famílias, mitigando eventuais efeitos da pobreza e da desigualdade social que impeçam a garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes. Nestes casos, a inserção em programas de transferência de renda pode ser de suma importância para que as famílias recuperem a guarda de seus filhos. Por isso, o fato de que apenas 41% dos participantes mencionaram que ele ou sua família recebiam algum tipo de benefício social não é muito animador.

Esse atendimento das crianças e de suas famílias depende de uma boa articulação entre o serviço de acolhimento e os demais atores da rede de proteção social. Essa rede, aliás, deve estar apta a atender e endereçar as demandas daqueles em situação de rua, mesmo antes do acolhimento. Do total de entrevistados, 62% já haviam passado por instituições de acolhimento, embora 13% tenham voltado para as ruas. Por isso, não só é importante entender as lacunas e aprimorar esses equipamentos, como também garantir que aqueles que “optam” por permanecer nas ruas, mesmo que temporariamente, tenham garantidos direitos básicos, como locais adequados para se alimentar e fazer sua higiene pessoal.

O acesso aos serviços de saúde também é fundamental para aqueles em situação de rua, que sofrem com questões psicossociais que impactam sua saúde física e emocional. Neste cenário, a população acaba mais exposta à violência, inclusive sexual, às variações climáticas, à privação do sono, à alimentação de baixa qualidade, ao acesso limitado à água potável, entre outros fatores (MS, 2012). No que tange à saúde e sexualidade dos entrevistados, pontuamos que 8% tinham filhos e 9% disseram já ter sofrido algum aborto. A maioria deles afirmou manter relações sexuais com pessoas do sexo oposto (61%) e usar métodos contraceptivos (58%). Considerando a alta taxa de gravidez precoce no Brasil (UNFPA, 2019) e o fato de que mães adolescentes, por vezes, exercem menos direitos básicos e, quando adultas, enfrentam mais dificuldade para alcançar autonomia e ter um trabalho estável, a divulgação de informações sobre saúde sexual e reprodutiva é fundamental e deve ser repassada para os adolescentes, tanto às meninas quanto aos meninos. Perguntamos também aos participantes da pesquisa se eles já

tinham experimentado ou feito uso de drogas e 64% disseram que sim. Além disso, 41% dos entrevistados declararam ainda usar. Esse é um indicador importante, se considerarmos o volume de debates e os desafios enfrentados pela saúde pública brasileira no que tange ao atendimento em matéria de álcool e outras drogas. Precisamos discutir a escassez de recursos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que impacta no atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua, mas também precisamos problematizar a forma com que o tema vem sendo abordado pelos governos e pela sociedade brasileira. Questionamos, portanto, a “guerra às drogas” e a criminalização da pobreza promovida a seu reboque (PERGENTINO, 2014; NUNES, 2013; BRANDÃO, 2013).

Para finalizar esse breve perfil dos participantes da pesquisa, apontamos que apenas 32% deles disseram se considerar em situação de rua. Esse dado nos surpreendeu uma vez que 51% deles estavam em contexto de rua no momento da pesquisa. Neste cenário, eles justificaram as respostas em que diziam não se considerar em situação de rua afirmando, principalmente, “*porque tenho casa*”. Já os participantes acolhidos, com trajetórias de vida nas ruas, justificaram suas respostas negativas, na maioria dos casos, dizendo “*porque estou no abrigo*”. Em ambos os contextos, a questão da moradia foi apontada como uma das principais melhorias desejadas pelos participantes da pesquisa. Dos 554 participantes entrevistados, 30% mencionaram desejar melhores oportunidades de trabalho, 20% apontaram demandas por melhores condições de moradia e 20% disseram almejar oportunidades de estudo.

São muitos os desafios que emergem junto com esses desejos, mas consideramos fundamental ouvir as demandas das crianças e adolescentes e buscar, junto com elas, alternativas para a construção de projetos de vida que as permitam alcançar esses objetivos. Essa participação pode garantir maior engajamento e adesão às propostas delineadas. Como podemos perceber, essas demandas não estão circunscritas à assistência social e ao acolhimento institucional. A rede de proteção precisa atuar em conjunto visando o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Certamente uma tarefa nada simples diante do cenário de retrocessos sociais e de aprofundamento da crise estrutural do capitalismo em que vivemos.

Sobre isso, a pesquisa coletou informações junto aos principais serviços que atendem crianças e adolescentes em situação de rua e em acolhimento institucional com trajetória de vida nas ruas. Neste caso, foram aplicados 52 questionários junto a coordenadores, profissionais usuários de 19 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), 20 unidades de acolhimento institucional, 8 equipes de Consultório na Rua e 5 centros de

convivência privados. Em todos esses equipamentos, a capacidade de atendimento foi considerada insuficiente para a demanda. Ainda assim, apesar de algumas lacunas apontadas quanto ao atendimento às famílias, as crianças e os adolescentes atendidos disseram que o vínculo com as equipes era bom e que esses dispositivos respondiam em parte as suas necessidades. A “negligência” (ausência de cuidados básicos com alimentação, saúde, educação etc.) foi apontada pelos coordenadores como uma das principais causas para o atendimento de crianças e adolescentes. Contudo, precisamos ponderar aqui que a categoria negligência vem sendo historicamente utilizada para culpabilizar e estigmatizar famílias pobres, desresponsabilizando o Estado no enfrentamento dos inúmeros processos de vulnerabilização e violação de direitos que resultam do modo de produção capitalista. Essa questão, inclusive, foi amplamente debatida ao longo do desenvolvimento da pesquisa e da apresentação de seus resultados.

Considerações finais

Ao final desta pesquisa, identificamos debates e violações de direitos que, desde o final dos anos 1980, acompanham crianças e adolescentes em situação de rua. Elas seguem expostas à violência; ao racismo; ao trabalho precoce e à baixa escolaridade. A rede de proteção, mesmo diante dos avanços normativos alcançados em período recente, ainda não aplica metodologias específicas para seu atendimento e não recebe investimentos suficientes para garantir proteção a esse grupo populacional.

Diante de um contexto pouco animador, precisamos reforçar a importância de seguirmos o debate acerca da formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas para essa população. Aliás, dar visibilidade às crianças e aos adolescentes em situação de rua e transformar os debates elaborados em ações que possam aprimorar o atendimento oferecido a este grupo e as suas famílias são o foco principal desta pesquisa. Por isso, não podemos deixar de indicar aqui algumas pistas. Essas recomendações foram construídas em conjunto, a partir do debate realizado no esteio da pesquisa ora apresentada.

Entendemos ser fundamental a participação dos conselhos de direitos estaduais e municipais na divulgação do atual contexto em que vivem crianças e adolescentes em situação de rua e em acolhimento institucional, profundamente agravado pela Pandemia de Covid-19. Aos conselhos, por sua proximidade com os serviços, caberia ainda elaborar estratégias e monitorar normativas capazes de mitigar as violações sofridas por essa população. Apesar do contexto

CONHECER PARA CUIDAR: CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA E EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

desafiador, com a limitação dos espaços de participação e controle social e com o contingenciamento de gastos para a área social, é fundamental construirmos respostas intersetoriais com vias a proteção integral de crianças e adolescentes.

É preciso ainda, aprimorar os mecanismos de abordagem social e de escuta de crianças e adolescentes em situação de rua e que ainda não aderiram ao serviço de acolhimento. Eles precisam ter seus direitos respeitados mesmo nesses espaços e a construção de estratégias para sua sobrevivência e mesmo para sua saída da rua dependem de seu convencimento e adesão.

Destacamos também a importância do investimento nos serviços de acolhimento institucional, o que poderia melhorar sua capacidade de atendimento de crianças e adolescentes com um perfil heterogêneo e que demandam atendimento individual. Melhorias estruturais e capacitação continuada dos profissionais são os primeiros passos necessários para a construção de projetos capazes de mitigar os efeitos da pobreza e da estigmatização social que a ronda os acolhidos e suas famílias.

Acreditamos que a pesquisa apresentada nos permitiu identificar e discutir parte dos desafios para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua e em acolhimento institucional, com trajetória de vida nas ruas. Cumprimos, assim, nosso objetivo de apontar caminhos para novas análises e discussões que possam subsidiar políticas públicas e ações voltadas para a proteção social dessa população e de suas famílias.

Bibliografia

ARPINI, Dorian Mônica; GONÇALVES, Camila S. Drogas e álcool na relação com a violência: o olhar de adolescentes em situação de rua. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 42, n. 4, p. 442-449, out./dez. 2011.

BOTELHO, Adriana P.; MORAES, Mayara Cristina M. B.; LEITE, Ligia C. Violências e riscos psicossociais: narrativas de adolescentes abrigados em Unidades de Acolhimento do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, vol.20, n.1, p.7-16, 2015.

BRAGA, Luiza L.; DELL'AGLIO, Débora D. Exposição à violência em adolescentes de diferentes contextos: família e instituições. **Estud. psicol.**, vol.17, n.3, pp.413-420, 2012.

BRANDÃO, Beatriz. O Estado nas margens e as margens do Estado: ações políticas para meninos em condição de rua usuários de crack. Publ. UEPG **Ci. Soc. Apl.**, Ponta Grossa, 21 (2), p. 173-180, jul./dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção

CONHECER PARA CUIDAR: CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA E EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua.** Brasília : Ministério da Saúde, 2012.

FERREIRA, Frederico P. M.; NOGUEIRA JR., Reginaldo P.; COSTA, Bruno L. D. Determinantes da escolarização de crianças e adolescentes em situação de rua no estado de Minas Gerais. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 68, p. 465-488, jul./set. 2010.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). **Situação da População Mundial 2019 - Um Trabalho Inacabado:** a busca por direitos e escolhas para todos e todas. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/situacao-da-populacao-mundial-2019>. Acesso em 06/07/2020.

GODINHO, Josiane. M. A escola de quem não tem escola: os desafios da escolarização para jovens em situação de rua. 2015. 90f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2015. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (orgs.). **Atlas da violência 2019.** Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

NUNES, Rosane S. **Concepções de tratamento de crianças e adolescentes usuários de drogas com experiência de vida nas ruas no município do Rio de Janeiro.** 2013. 139f. Dissertação (Mestre em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PALUDO, Simone S.; KOLLER, Silvia H. Quem são as crianças que estão nas ruas: vítimas ou vitimizadoras? **Interação em Psicologia**, (9)1, p. 65-76, jan./jun. 2005.

PERGENTINO, Paula Regina L. M. **“Suave” guerra às drogas: usuários em situação de rua.** 2014. 135f. (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SILVA, Solange Cristina. A escola e a rua: interação possível? **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, n. 37, p. 67-87, abril 2005.